

Textos e Contextos: O longo e complexo relacionamento entre História e Literatura¹

Texts and Contexts: The long and complex relationship between History and Literature



ELAINE PEREIRA ROCHA
Profa. Dra. Honorária da UNIVERSITY OF THE WEST
INDIES)
Cave Hill, St. Michael -Barbados
elaine.rocha@cavehill.uwi.edu

Resumo: O artigo analisa as relações intelectuais e cotidianas entre o campo da História e da Literatura. Essa relação é tão antiga quanto o surgimento do conhecimento científico. Assim, o historiador tem na literatura a possibilidade de ampliar sua inserção no espaço político através de sua atuação na pesquisa e no ensino da História.

Palavras Chave: História. Literatura. Pesquisa. Ensino.

Abstract: The article analyses intellectual and daily relationship between History and Literature like of field of human science. This relationship is as ancient as born of scientific knowledge. So, historians have in the literature a possibility to amply their politic actuation through History researching and teaching.

Keywords: History. Literature. Researching. Teaching.

¹ Artigo submetido à avaliação em 28/02/2011 e aprovado para publicação em 10/05/2011

· Eu gostaria de agradecer o apoio dos meus colegas da University of the West Indies, Cave Hill, Dr. Richard Goodridge (especialista em História da África) , Dr. Kahiudi Mabana (especialista Literatura Francófona Africana) e Frederick Ochieng-Odhiambo (especialista em Filosofia Africana), pelas preciosas sugestões de leitura que contribuíram para este artigo.

A união entre história e literatura é um relacionamento de longa duração, nem sempre bem aceito ou compreendido, muitas vezes limitado, com seus altos e baixos, como todo relacionamento, porém um dos mais duradouros no campo intelectual e no cotidiano.

Oficialmente, a história se uniu à literatura desde os épicos gregos, com Homero, e antes ainda, na Mesopotâmia, com o épico de Gilgamesh, o semideus que construiu os legendários muros de Uruk, datados de aproximadamente 2.500 a.C. Extraoficialmente a relação entre a história e a literatura tem início com a própria necessidade humana de contar e recontar suas histórias, seja nas pinturas feitas em rochas para registrar grandes caçadas ou batalhas, seja em canções e contos da tradição popular que falam de ancestrais, de outros tempos, origem da vida e dos deuses. A própria bíblia pode ser lida como uma obra da literatura histórica do povo hebreu. Na Inglaterra, história fazia parte do campo da literatura durante as primeiras décadas do período Vitoriano. Entre 1850 e 1870, historiadores britânicos delimitaram e definiram os métodos da história de maneira a estabelecer uma disciplina independente.²

Uma relação tão rica é também multifacetada, e nesse sentido é possível examiná-la sob diferentes ângulos. Primeiro, a literatura se apresenta como documento histórico, questão já defendida por tantos historiadores e que está nos alicerces da história cultural, conforme proposto por Marc Bloch, por exemplo, na sua exaltação ao valor das narrativas e do uso de outras fontes que não sejam apenas os documentos oficiais produzidos pelas vozes autorizadas, como os governantes, sacerdotes, filósofos ou generais. Para Bloch, o valor das narrativas não se encontra exatamente no seu conteúdo explícito, no “enredo” da estória, mas no seu contexto, ao redor dela, no espaço que ocupa³. Assim podemos, dentro de textos religiosos, encontrar preciosas descrições do cotidiano nos inícios da Idade Média.

Entre as vidas dos santos da alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem [nos] retrair. Interroguemo-las ao contrário sobre as maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que foram escritas, todas as coisas que o

² Carignan, Michael. “Fiction as history or fiction as history? George Eliot, Hayden White and nineteenth century historicism”. *Clio*, v.29, n. 4, 2000, p. 395-415.

³ Bloch, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor. Vamos achá-las de um valor inestimável (BLOCH, 2002, p.78).

Existem inúmeros trabalhos literários que se tornaram documentos históricos dado o período em que foram escritos. Trata-se de diários, biografias, relatos em geral que advogam relatarem fatos reais, mas também escritos de ficção, como os romances antigos. Alfredo Bosi estuda os escritos do padre Antônio Veira e do padre Antonil, com a mesma preocupação de conteúdo e historicidade com que estuda os poemas de Gregório de Matos, de forma que seu trabalho sobre a colonização do Brasil tenha se tornado uma das leituras obrigatórias para historiadores, ainda que pertença ao campo da literatura.⁴ Por outro lado, a carta de Pero Vaz de Caminha, documento de extrema preciosidade para historiadores, é também considerada uma das peças da literatura pré-colonial brasileira. Raminelli examina o documento deixado por Caminha em conjunto com os escritos de Antonio Veira para averiguar a forma como os índios brasileiros foram representados nos primeiros anos de contato com o colonizador europeu.⁵

A leitura dos textos literários antigos e sua vasta aceitação entre historiadores está ligada aos primórdios da estruturação da história como ciência, que baseia a sua “verdade” científica nos registros escritos. Roger Chartier apresenta uma análise desse poder da palavra escrita como portadora de uma autoridade eficaz e imediata, utilizada como instrumento de poder pelos grupos hegemônicos⁶. A sociedade moderna, que se desenvolve baseada na cultura oral, vai aos poucos, a partir da Idade Média, definindo uma dinâmica de cultura política que está estreitamente relacionada com o documento escrito. Segundo ele,

Os signos do poder não têm as mesmas áreas sociais de circulação e não implicam as mesmas regras de interpretação. Reconstituir essas diferenças (no acesso ao signo como nas possibilidades da sua leitura, mais ou menos conforme a intenção que o produziu) é uma tarefa difícil, mas indispensável, para apreender, no campo da prática, a eficácia simbólica do Estado (CHARTIER, 1988, p. 221).

⁴ Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁵ Raminelli, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de caminha a Vieira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Edusp/Fapesp, 1996.

⁶ Chartier, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988.

Por isso, ao se analisar um documento escrito, e aqui a ênfase está nos documentos literários escritos, torna-se necessário ao historiador não apenas focar o conteúdo narrativo, mas as circunstâncias de sua publicação, a biografia do autor, o contexto em que a obra foi escrita, o objetivo do autor ao escrever seu trabalho, o mercado leitor ao qual se destina, a sua repercussão junto ao público e aos críticos (aqui se inserindo também os governos, no caso de censura), entre outras coisas.

Os trabalhos de romancistas românticos como José de Alencar e outros indianistas brasileiros devem ser analisados como parte de um movimento que, na metade do século dezanove, visava à construção de um passado conciliador para o Brasil, combinando a imagem de uma nova nação independente do colonizador Europeu com a imagem do povo pertencente a essa nação, que no caso necessita de um ancestral heroico⁷.

O desenvolvimento da imagem mítica do índio-ancestral brasileiro veio com as bênçãos do império, seduzindo a elite artística e intelectual, e logo depois, chegando às camadas médias, que liam romances e folhetins retratando no “bom selvagem” o herói que havia sido sacrificado ao dar origem à nova nação. Entre a última década do século dezanove e as primeiras do século vinte, a leitura dos romances e da poesia indigenista foi a corrente literária e artística que mais influenciou a sociedade brasileira. Fato comprovado a cada momento nos monumentos públicos e na nomenclatura das ruas e praças.

A valorização do pitoresco da paisagem e das gentes, do típico em vez do genérico, encontrava no indígena o símbolo privilegiado. Representando a imagem ideal, o indígena encarnava não só o mais autêntico, como o mais “nobre”, no sentido de se construir um passado honroso. Por oposição ao negro, que lembrava a escravidão, o indígena permitia indicar uma origem mítica e unificadora (SCHWARCZ, 1998, p.140).

O sucesso e a influência do romantismo indianista na sociedade brasileira no citado período camuflavam a política de colonização interna que avançava nos territórios ocupados pela população indígena e as práticas de genocídio e etnocídio praticadas também com o aval do império e, posteriormente, da república. Além disso, completando a afirmação feita por Schwarcz, a opção pelo indígena heroico ignorava a

⁷ Schwarcz, Lilia. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

expressiva população negra no Brasil, que afluía para áreas urbanas como São Paulo e Rio de Janeiro e que seguia renegada aos mais baixos escalões da sociedade brasileira.⁸

Nesse caso, o uso da literatura romântica indianista brasileira demanda uma análise de contexto e de tendências políticas que tornam seu uso em sala de aula um elemento descritivo do período colonial, por exemplo, prejudicial ao desenvolvimento do raciocínio crítico social. Porém se usado em combinação com outros elementos que retratam as políticas e atitudes do império com relação à população indígena, pode levar a um frutífero debate que traz a história para os dias de hoje, uma vez que a romantização do indígena ainda constitui um elemento ativo da cultura brasileira de massa.

Da mesma forma, ao trabalhar com a literatura dentro de uma perspectiva histórica, pode-se estender a análise no sentido de captar o que Pierre Bourdieu chamou de *estruturas, hábito e práticas*.⁹ No romance regional, por exemplo, as descrições de ambiente e cultura são elementos importantes da narrativa e podem ser utilizados no trabalho histórico, tanto quanto as práticas cotidianas que estão presentes na dinâmica da estória e nas emoções inseridas a cada personagem. Isso é válido tanto para obras nacionais como as novelas de Jorge Amado, que retratam a vida na Bahia entre as décadas de 40 e 60, quanto para novelas internacionais que trazem em suas tramas não apenas as descrições de práticas culturais como também emoções provocadas por determinadas políticas como o racismo na África do Sul.

Autores sulafricanos como Eskia Mphalele¹⁰ e Peter Abrahams¹¹ delineiam em seus trabalhos não apenas a vida nos *townships* durante o Apartheid, como também os sentimentos de humilhação, impotência, insatisfação e revolta que atingia grande parte da população daquele país, afetado pelas políticas de segregação. Essas projeções da vida dos negros nesse período são veiculadas através tanto da literatura autobiográfica, como no caso de Mphalele, quanto da ficção das novelas de Abrahams. Ambas trazem apuradas descrições do ambiente geográfico, político e social, as quais, quando somadas ao material histórico baseado em outra documentação, proporcionam uma visão mais

⁸ Rocha, Elaine. “Antes índio do que negro”. *Dimensões*. Revista de História da UFES. Vitória, nº 18, p. 203-220, 2006.

⁹ Bourdieu, Pierre. *The logic of the practice*. Stanford, Stanford University press, 1990.

¹⁰ Mphalele, Eskia. *Down Second Avenue*. London, Faber & Faber, 1959.

¹¹ Abrahams, Peter. *Mine boy*. Johannesburg, Henneman, 1989.

completa e humanizada desse que foi um dos capítulos mais problemáticos da história mundial.

O uso da literatura como fonte para pesquisas referentes a temas ligados à subjetividade, como o racismo, torna-se atraente, uma vez que o romancista que descreve o cotidiano de relações de desigualdade, ainda que se utilize da fantasia, vai basear a ficção em elementos da realidade. Leis e estatísticas têm uma capacidade limitada para explicar um assunto que envolve sentimentos, representações e percepções, como o racismo. Em estudo anterior, comparando racismo no Brasil e na África do Sul durante a primeira metade do século vinte, utilizei-me de romances de autores brancos e negros, sendo dois sul-africanos (Peter Abrahams e Alan Paton) e dois brasileiros (Jorge Amado e Lima Barreto), para mostrar como as práticas do cotidiano estão repletas de preconceitos raciais e como essa questão influencia outras como a luta de classes, a exclusão econômica e a construção das relações afetivas nos dois países¹².

Jorge Amado, por exemplo, fala abertamente sobre a discriminação racial e de classe em *Jubiabá* e em *Seara Vermelha*, duas obras pertencentes à sua primeira fase, quando o escritor ainda estava bastante ativo no Partido Comunista. A experiência de Amado, perseguido politicamente e preso pelo governo Vargas, está nos últimos capítulos de *Seara Vermelha*, quando um dos heróis é preso na Ilha Grande.¹³

É claro que, como em qualquer outro trabalho de pesquisa, as fontes devem ser variadas e combinadas de forma a se complementarem, questionarem e estenderem sobre as questões levantadas pela pesquisa. Na mesma linha de pensamento, o estudioso da literatura é, em primeiro lugar, um leitor, e a sua leitura literária está permeada pela sua leitura da história. A apreciação e o uso que o historiador faz da literatura estão diretamente associados ao conhecimento historiográfico que dá suporte às suas análises.

O renomado historiador Raymundo Faoro publicou em 1974 uma obra que é igualmente importante para historiadores e para estudiosos da literatura brasileira, *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*¹⁴, na qual analisa com profundidade o

¹² Rocha, Elaine P.. *Racism in novels: a comparative study of Brazilian and South African cultural history*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

¹³ Rocha, Elaine. *Racism in novels: a comparative study in Brazilian and South African cultural history*. New Castle, Cambridge Scholars Publishers, 2010.

¹⁴ Faoro, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

momento histórico do autor Machado de Assis e o universo sociopolítico do século XIX retratado em suas obras. Trinta anos depois foi a vez de Alfredo Bosi analisar a análise de Faoro sobre Machado de Assis, num empreendimento que ele considerou *uma operação duplamente metalinguística*¹⁵, que só os leitores de Faoro poderiam entender a fundo. Tal operação é centrada na decodificação que o historiador faz da obra literária para encontrar nela elementos fundamentais para o seu próprio campo.

Na perspectiva de Raymundo Faoro, o narrador Machado de Assis representa, *na esfera dos indivíduos*, as marchas e contramarchas dos interesses e dos desejos de poder no nível micro-social: entre homem e mulher, entre irmãos, entre amigos, entre famílias. Em outras palavras: a literatura, como mimesis do real, trabalha com o singular, ao passo que a ciência social constrói o tipo que enfeixa características de uma pluralidade de indivíduos. Neste sentido, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* retoma e individualiza *Os donos do poder* (BOSI, 2004, p. 362).

A análise de Bosi apresenta um excelente exemplo metodológico de como trabalhar com a literatura. Ao tentar entender como Faoro leu Machado de Assis, Bosi estudou a outra obra fundamental de Faoro, *Os Donos do Poder*, para encontrar ali o estopim que acendeu o interesse e a intenção do historiador em trabalhar a obra literária.

Raymundo Faoro não tematiza um enfoque declaradamente hermenêutico.

Historiador, sociólogo e cientista político, a sua tarefa prioritária foi a de encontrar, para cada nicho social, a personagem típica que ilustrasse a estrutura piramidal ou trapezoidal da vida pública brasileira. Para perfazer esse desígnio, estudou a ficção de Machado relacionando os seus políticos, distinguindo deputados e senadores, ministeriáveis ou não; passando em revista as figuras da classe proprietária, fazendeiros, capitalistas, rentistas, financistas; detendo-se nos comportamentos dos agregados, dos funcionários, dos empregados, dos operários, dos escravos; analisando as personagens ligadas ao exército e ao clero; ponderando a influência da nobreza e do Imperador; enfim, mapeando, vertical e horizontalmente, a sociedade espelhada nas obras do mais arguto dos nossos observadores (BOSI, 2004, p. 364).

O que Bosi faz, enquanto trabalha a obra de Raymundo Faoro, é o que Hayden White propôs – por volta de 1973 – como uma leitura da literariedade da obra histórica. Em outras palavras, para White, os escritos históricos podem ser analisados como uma

¹⁵ Bosi, Alfredo. “Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis”. *Estudos Avançados* 18(51), 2004, pp. 355-76.

obra literária, na qual surgem elementos de forma, estrutura e conteúdo¹⁶. Mais um elemento a ser levado em conta na longa relação entre história e literatura e que muitos historiadores brasileiros encontram agora na leitura de Varnhagen ou de Sérgio Buarque de Holanda.

Roselene Feil vai além disso ao comparar história e literatura, apontando que as diferenças entre ambas é também seu ponto de complementação¹⁷. Segundo ela:

A literatura é um produto da imaginação criadora. Diferentemente da literatura, a história é uma atividade racional de conhecimento e interpretação do passado, utilizando-se de toda aparelhagem técnica e conceitual, fornecida por diversas ciências auxiliares. Seu objeto é o fato histórico acontecido precisamente num determinado tempo e lugar. Não podem fugir do fato e a ele se dirigem através de documentos escritos ou monumentais os vários testemunhos da ação humana através dos tempos e dos lugares. (FEIL, 2009).

O mesmo pode-se dizer da literatura: que não pode fugir da influência de seu próprio tempo, o tempo da criação, e dos fatos apresentados como fantasia, que são mais do que ocasionalmente baseados na realidade. Mesmo o que se chama de ficção fantástica revela ao olhar especializado a noção de realidade que prende o leitor ao lhe dar uma possibilidade de verdade. O historiador, assim como o escritor literário, organiza fatos e personagens em um enredo, em uma narrativa. A sua interpretação dos documentos é também subjetiva e, por isso, usa muito da sua imaginação e das demandas do seu próprio tempo para estabelecer objetos, problemas, e lugares de pesquisa.

Ainda em Feil, encontramos não apenas a análise histórica do romance de Erico Veríssimo, *Incidente em Antares* (1971), mas uma análise mais extensa, que considera a história do Brasil vivenciada naquele momento pelo autor e as próprias convicções políticas de Veríssimo frente à ditadura de Getúlio Vargas e à ditadura militar que tornou os intelectuais e a produção literária alvo de censura.

Quando um escritor quer ser imparcial e absolutamente objetivo, na simples escolha dos temas, das personagens, na pura disposição das cenas ele está dando a sua opinião sobre a vida, o mundo, os homens. Através do truque utilizado, em que os mortos insepultos

¹⁶ White, Hayden. "Historiography and historiophoty". *The American historical review*, v.93,n.5, 1988, pp. 1193-99.

¹⁷ Feil, Roselene Berbigier. "Dois olhares sobre o mesmo tema: diálogos interdisciplinares entre história e literatura no romance *Incidente em Antares*". *Espetáculo*, Revista de estudios Literários, Universidade Complutense de Madrid, 2009. <http://www.ucm.es/info/especulo/numero43/antares.html>

exigem o sepultamento, ele expõe os podres de uma sociedade em decomposição, hipócrita e carcomida nas suas entranhas. Os mortos insepultos e o mau cheiro exalado, sem dúvida, constituem um símbolo metafórico e revelam bem a decomposição moral da sociedade. Antares é apenas uma molécula dentro de um sistema maior (FEIL, 2009).

Nesse livro, a descrição de comunismo feita por Veríssimo incorpora elementos explicativos da atitude dos órgãos repressores da ditadura militar, que consideravam qualquer forma de oposição, qualquer ideia humanista, qualquer reivindicação operária, como exemplo de atividade comunista. A trajetória do escritor é marcada pela oposição aos regimes ditatoriais de Vargas, Salazar e dos militares, em defesa da democracia, em atitudes que podem ser entendidas através da leitura de seus romances.

A escritora sul-africana Nadine Gordimer expressa muito bem as dificuldades de se escrever em um estado e sociedade onde as limitações são impostas a cada setor da vida cotidiana, em que o poder político pode punir de forma extremamente rigorosa os infratores, onde a censura é comum e a sociedade por sua vez está dividida. O regime do Apartheid impôs uma linha divisória entre brancos e negros, e, não apenas isso, determinou o que deveria ser escrito, lido, falado publicamente. Forjando assim uma cultura de medo e proibições.

Na nova África do Sul, após a queda do regime racista, os escritores brancos, em sua maioria, foram acusados de racismo em seus escritos, acusados de trabalhar com estereótipos raciais ou de simplesmente relegarem a população mestiça e negra às sombras e ao silêncio. Em sua defesa, a escritora fala francamente sobre o processo de criação, no qual o escritor se inspira e descreve aquilo que está à sua volta. Então, como escrever satisfatoriamente sobre membros de uma parte da população com a qual o escritor branco está vetado de conviver¹⁸, ou pior, cuja convivência é feita apenas em situações de dominação em que o não branco é o que serve e o branco é o que é servido? Como se pode evitar a influência de uma cultura de várias gerações?

Edward Said utiliza a literatura para denunciar o colonialismo vigente, ainda hoje no Oriente Médio e na África¹⁹. A sua leitura segue os clássicos utilizados nas escolas durante a colonização britânica – que em alguns casos seguiu até meados do século vinte

¹⁸ Gordimer, Nadine. *The essential gesture. Writings, politics and places*. Johannesburg, Taurus, 1988.

¹⁹ Said, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

– e que retratavam a população dominada de forma discriminatória e inferiorizante. Interessantemente, Said vai além do que se convencionou chamar literatura, ao analisar a ópera Aida, apresentada no Egito durante a inauguração do Canal de Suez.

A definição de literatura, considerando-se historicamente, está associada à erudição, à educação de uma certa classe, também associada à ideia de superioridade cultural. Com o tempo, a definição de literatura passou a abranger todas as obras escritas e publicadas, ainda que muitos defendam a diferenciação entre ficção e realidade. Na universidade usamos o termo “revisão da literatura” para nos referirmos à sessão do trabalho acadêmico que discute as fontes utilizadas impressas sob a forma de textos ou livros. De acordo com Raymond Williams²⁰, literatura é um conceito muito mais abrangente e que necessita ser revisado a cada momento, sob pena de se tornar excludente.

Com o desenvolvimento da história cultural, e da “história vista por baixo”, a abertura dos historiadores para fontes produzidas pelas camadas mais baixas, por grupos marginalizados e por aqueles que por muito tempo foram silenciados, aconteceu quase que ao mesmo tempo em diversas partes do mundo, e na Europa vamos encontrar o conceito de *literatura oral* que usa como fonte a produção oral, por muitos considerada folclórica, como as fábulas, os contos, os ditos populares, as canções infantis e outras canções populares.

Na África, o reconhecimento de uma literatura oral está conectado ao Afrocentrismo e às lutas pela libertação das ex-colônias e contra o racismo e colonialismo enraizados na cultura escrita. Flora Veit-Wild²¹ considera que o termo “texto” não apenas se estende a todas as formas de escrita e expressão oral, mas também aos rituais, danças, teatro e música. Nesse caso, o uso e a interpretação do “texto” é que lhe daria a qualificação. Vista por um historiador, uma sessão de candomblé pode ser um elemento histórico; vista por um especialista em literatura, o significado muda (o mesmo para antropólogos, sociólogos, etnólogos, teólogos). Isso porque as palavras – seja nas canções, seja na oração ou nas palavras dos orixás – têm um significado mais abrangente quando analisadas em conjunto com o ritual, o ambiente, o contexto. *Culture itself then*

²⁰ Williams, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford, Oxford University Press, 1977.

²¹ Veit-Wild, Flora. *Writing madness: borderlines of the body in African literature*. Harare/ Johannesburg, Weaver Press/Jacana Media, 2006.

becomes a text that can be submitted to similar types of interpretation as literature (Veit-Wild, 2006, 108).

Obviamente que o uso da literatura, principalmente aquela ligada à tradição oral, apresenta ao historiador o desafio cronológico, já que na tradição oral a temporalidade é flexível e muitas vezes inexistente. Entretanto, o historiador pode utilizá-la se atentar para o período (e o lugar) em que essa expressão se apresenta. Pode-se ainda trabalhar com as transformações que a narrativa sofre ao passar de geração a geração, atentando para o contexto que influencia essa alteração. Um momento de crise com guerra ou fome, por exemplo, pode alterar um conto popular de modo a conter respostas a esses problemas. Da mesma forma, vilões ou heróis de narrativas orais podem ser alterados para inserir personagens contemporâneas. Veja o exemplo:

Atirei um cravo n'água
De pesado foi ao fundo
Os peixinhos responderam:
“Viva D. Pedro Segundo!”

Alguns dizeres populares também podem ser alterados de acordo com a experiência regional. E aqui abro um parêntese para um relato pessoal: vinda de uma família de nordestinos da região do agreste pernambucano que emigraram para São Paulo na década de 40, muitas das minhas percepções de cultura popular são alteradas pela experiência da família. Meu tio-avô, José Tibúrcio Gomes, chegou de Pernambuco por volta de 1945 e trabalhou por mais de 35 anos em construção civil, chegando a encarregado e empreiteiro. Ele tinha por regra empregar pessoas vindas da mesma região. Um de seus passatempos favoritos era jogar dominó, o que fazia com a criançada (eu inclusive). Quando estávamos num impasse e acabávamos por dar a outro jogador a chance de ganhar a partida ele exclamava: “*Xiii! Já entregou a rapadura pro cangaceiro!*”, sua interpretação do mais comum “*entregar o ouro pro bandido*”. Desnecessário é dizer que a família trouxe de Pernambuco a memória das correrias dos cangaceiros que atacavam as fazendas e sítios. Nos contos de fadas contados pela minha avó – a Gata Borracheira, por exemplo –, a figura da fada-madrinha era substituída por Nossa Senhora, que fazia o milagre para salvar a princesa de seu martírio, sendo a santa

uma figura muito mais presente e, portanto, próxima do real, do que uma fada. E, nesse caso, a mágica transforma-se em milagre!

As narrativas orais, assim como todas as práticas narrativas, são testemunhos e como tal devem ser tratados. Os africanistas foram as primeiras vozes a ressaltarem a necessidade de uma leitura mais complexa das tradições orais. Em 1961, Kwabena Nketia²² chamava atenção para os usos da tradição oral em Ghana, para os estudos sobre migrações, guerras, dinastias e formas de governo. Ele vai além das narrativas genealógicas e de épicos, que em si trazem a trajetória histórica, ao defender a importância das evidências históricas na música religiosa do grupo Ga. Nesse caso, o conhecimento da língua e da expressão religiosa em questão é necessário para entender o que é dito e o que é dado a entender.

Robert Darnton fala em *exegese* para definir a leitura crítica dos textos nos quais ele busca interpretar os significados dos escritos da literatura popular francesa do século XVIII. O uso do termo *exegese* – normalmente usado para definir a interpretação de textos religiosos – ressalta a interpretação de significados não ditos, num contexto histórico diferenciado. Nesse caso também o conhecimento da história do período vai se combinar com o conteúdo de fábulas, ditos populares e contos, considerando também uma história da leitura.²³

O trabalho de Darnton se mostra fundamental no estudo da história e literatura porque acessa uma documentação intermediária entre a tradição oral e a tradição moderna escrita. As edições dos contos populares por ele analisados são edições populares, de baixo custo, que se poderiam comparar à literatura de cordel do nordeste brasileiro. Nela a oralidade é basicamente transposta para o papel e, uma vez impressa, vai se transformar numa fonte estagnada, o que não ocorre com a oralidade.

A tradição oral para contar sagas de heróis, origens de reinos ou determinadas passagens dramáticas na história de um grupo tem sido um elemento comum a várias culturas até os dias de hoje, seja em remotas aldeias da China, seja na Europa oriental,

²² Kwabena Nketia, J.H. “Historical evidence in Ga religious music”, in Vansina, Jan et alli.(eds.) *The historian in Tropical Africa: Studies presented and discussed at the fourth International African Seminar (1961)*. London, Oxford University Press and Ibadan/Accra, International African Institute, 1964.

²³ Darnton, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

entre irlandeses, entre indígenas das Américas ou grupos nativos da África. Nesse caso, a narrativa do fato histórico é composta e re-composta de modo a acomodar novos elementos ou para dar à narrativa uma estética interessante. Jan Jansen, estudando a tradição oral que conta a peregrinação de Mansa Musa – rei do Mali – em 1234 ao Cairo, encontrou diversas versões da mesma narrativa, que enumera reinos e reis africanos, além de costumes e da paisagem, que ele compara com o mesmo tipo de narrativa feito pelos Mande, para contar a peregrinação de Nfa Jigin a Meca, por volta de 1850. Cada narrativa ressalta o que é importante naquele momento para o narrador e seu público.²⁴ Segundo Jansen, há duas formas de se examinar uma narrativa (oral ou escrita): uma pelas evidências internas, quer dizer, pela sua mensagem e forma em si, pelos fatos que apresenta; e a outra pelas evidências externas, na forma como a narrativa se relaciona com a realidade em torno dela.

Se pensarmos dessa forma, poderíamos incluir nessa mesma análise o uso da literatura de cordel e de canções populares brasileiras, ou mesmo de lendas e ditados, como narrativas literárias da tradição oral, que tem fornecido a base para estudos da história cultural. Stanley Stein foi um dos primeiros historiadores a registrar as canções do jongo, na região de Vassouras, RJ, incorporando-as às memórias da escravidão.²⁵ Marta Abreu fez o mesmo ao estudar as festas do divino na religiosidade popular do Rio de Janeiro entre 1830 e 1900, com a diferença do que esta autora trabalhou com canções utilizadas nas festas do Divino.²⁶

A relação entre história e literatura pode se tornar ainda mais abrangente quando o historiador lança mão da obra literária como ferramenta de ensino em sala de aula. Isso pode e tem sido feito com sucesso, ao permitir que o aluno jovem possa criar uma versão ilustrada da história. Porém, mais uma vez, faz-se necessária a constante vigilância para que o objetivo histórico não se perca no enredo literário.

²⁴ Jansen, Jan. "Narratives on pilgrimages to Mecca: beauty versus history in Mande oral traditions" in Falola, Toyin and Jennings, Christian (editores) *Sources and methods in African history: spoken, written, unearthed*. Rochester, University of Rochester Press, 2004, pp. 249-67.

²⁵ Lara, Silvia H. e Pacheco, Gustavo. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein – Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/CECULT, 2007.

²⁶ Abreu, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Por exemplo, entre alunos que estão pela primeira vez aprendendo sobre a Idade Média, pode-se, numa aula inaugural, utilizar o conto de Branca de Neve e os Sete Anões para ilustrar o sistema medieval: os grandes reinos, os príncipes e princesas – que nem sempre eram os filhos do rei, mas que poderiam ser filhos de nobres e aí se explica o sistema de vassalagem – as divisões das terras para plantio (por que nas terras desses “reinos” há sempre uma floresta?), falar sobre o sistema de rotação de culturas que mantinha a floresta como uma reserva para caça e madeira, e daí também as versões para a pessoa que leva a princesa para a floresta: às vezes um caçador, às vezes um lenhador, a existência de grupos marginalizados como os anões etc, com muito cuidado para não se deixar seduzir pelas versões Disney desses contos. Mais importante: não perder de vista que o objetivo é ensinar o sistema medieval e não o conto de fadas, sendo assim, faz-se uma análise das evidências internas combinando-se às evidências externas da narrativa.

Para questões sobre a cultura canavieira do nordeste ou sobre o coronelismo, podem-se utilizar os trabalhos de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Uma análise da escravidão deve trabalhar com a poesia abolicionista e com romances como *A Escrava Isaura*, de José de Alencar, ou *O Mulato*, de Aluisio Azevedo, ou mesmo obras mais recentes sobre o assunto desde que se tenha em mente o ambiente externo à obra, quer dizer, o contexto do autor e a intenção da obra.

Para uma leitura crítica das fontes, vale estender a análise das obras de forma que ao estudar o tema da escravidão o aluno possa também analisar a questão do poder oligárquico e do racismo, e assim trazer a história para assuntos da atualidade. De fato, racismo é um dos assuntos que podem ser problematizados tanto nos trabalhos em *A escrava Isaura*, quanto em *O Mulato*. Por que a condição de herói vai para os de pele mais clara e de maneiras mais aproximadas às da elite? Será que os trabalhadores negros escravizados só podem ser humanizados pela miscigenação? A que se deve o sistema que elegeu e estendeu a escravidão no Brasil? Por que os negros ainda levam o ônus dessa herança?

Na utilização da literatura como fonte em sala de aula, é preciso, porém, levar em consideração as demandas do currículo escolar e as limitações de tempo. Isso quer dizer que o uso de um romance de 500 páginas para entender uma passagem da história que perfaz, digamos, não mais do que seis aulas do programa para aquela série está fora de

cogitação, a não ser para casos especiais, sob o risco de se enfatizar muito mais um determinado fato, período, conceito ou tema, em detrimento de outros igualmente importantes.

Nesse caso, capítulos ou mesmo extratos de novelas podem ser interessantes instrumentos de aprendizado em sala de aula. Em *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, os últimos capítulos trazem um emocionado relato do golpe de estado no Chile, do ataque ao palácio presidencial e do uso intensivo de tortura e de esquadrões de extermínios, que complementam qualquer dado histórico.

Se considerarmos o conceito de literatura em sua mais ampla expressão, as letras de canções modernas e antigas também podem ser incluídas, tanto quanto a poesia e a literatura de cordel, como recursos para aprender e ensinar história. As músicas da década de 70/80, de Chico Buarque de Holanda, João Bosco e Aldir Blanc, Ivan Lins, Luiz Gonzaga Jr., entre outros, podem ser utilizadas para analisar a resistência cultural à ditadura militar, conforme já foi mostrado em vários estudos feitos na área.²⁷

Maria Izilda Santos de Matos, em seus trabalhos com a história do cotidiano utilizando a música, tem analisado elementos como as relações de gênero – e definições/idealizações de masculino e feminino, urbanização, economia e política na obra musical de Lupicínio Rodrigues²⁸, Dolores Duran²⁹ e Adoniram Barbosa³⁰, em análise que considera a trajetória do compositor, o contexto que o rodeia, o rádio e o tipo de ouvinte. Segundo ela,

As experiências com a música (enquanto compositor e ouvinte) são elementos constitutivos desse processo de subjetividade, entrecruzando componentes do inconsciente, do corpo com as determinações coletivas sociais, econômicas, tecnológicas, da mídia e de equipamentos culturais (MATOS, 2007, p.39).

²⁷ Veja por exemplo, Costa, Carina Gotardelo e Sergl, Marcos. “Música na ditadura militar brasileira: análise da sociedade pela obra de Chico Buarque de Holanda”. *Iniciação Científica*, n. 1, pp. 35-40, 2007. [ftp://ftp.usjt.br/pub/revistaic/pag35_edi01.pdf](http://ftp.usjt.br/pub/revistaic/pag35_edi01.pdf), Abud, Katia. “Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história”, *Caderno Cedes, Campinas*, 25(7), pp. 309,317, 2005; ou Pieroli, Sarita. “Ditadura militar no Brasil (pós-64) através da música: uma experiência em sala de aula.” <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/648-4.pdf>

²⁸ Matos, M. Izilda Santos de *Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: o feminino, o masculino e as suas relações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

²⁹ _____ *Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997

³⁰ _____ *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniram Barbosa*. Bauru, Edusc, 2007.

Toda cultura escrita é baseada na oralidade, uma vez que o documento escrito é, sobretudo uma forma de comunicação entre aquele que o escreve e aquele que o lê, num diálogo no qual as partes não se encontram frente a frente. Com o avanço da escrita, a oralidade não se perde, mas permanece, ao mesmo tempo, no alicerce da cultura escrita e como uma forma paralela, complementar de expressão. Daí a necessidade de se ampliar o conceito de literatura e o seu uso como fonte e como expressão. A música nada mais é do que a poesia em sua forma oral (não considerando a questão melódica) e, portanto, incluída nessa categoria de literatura oral.

A poderosa relação entre história e literatura pode ser entendida nas palavras de Christopher Heywood, ao analisar a história da literatura sul-africana. Ao enumerar os principais eventos da história da África do Sul desde 1652, ele afirma: *Each of these events found echoes in literary activity that remained persistently hostile to exploration and encroachment through colonial and post-colonial violence* [Cada um desses eventos encontrou eco na atividade literária que permaneceu persistentemente hostil à exploração e à violação pela violência colonial e pós colonial].³¹

Outro exemplo foi quando Salman Rushdie publicou *The Satanic Verses*, em 1988, romance que, no melhor estilo de realismo fantástico, entrelaça realidade e ficção na trajetória de dois atores indianos – que são vítimas de um sequestro de avião e, ao se salvarem milagrosamente, assumem as personalidades de anjo e demônio respectivamente – que vivem entre a cultura indiana e britânica e que sofrem por isso, e sem perceber são lançados um contra o outro na trama³². A história da Índia, elementos da religiosidade muçulmana e questões relacionadas ao terrorismo fazem parte da trama desse romance que foi muito bem recebido pela crítica inglesa e que em certo aspecto se assemelha ao *Código Da Vinci*, de Dan Brown³³, na maneira como usa a bíblia e critica aspectos do catolicismo. Interessantemente, o livro de Rushdie provocou uma polêmica de dimensões mundiais e a vida do autor continua sob risco, desde que o Aiatolá Khomeini declarou que o livro era uma blasfêmia contra a religião muçulmana e

³¹ Heywood, Christopher. *A history of South African literature*. Cape Town, Cambridge University Press, 2004, p. 21.

³² Rushdie, Salman. *The satanic verses*. New York, Viking, 1989.

³³ Brown, Dan. *The da Vinci Code*. New York, Randon House, 2003.

condenou o autor à morte. Mais de vinte anos depois, o romancista continua sob proteção policial.

Esse é um dos mais recentes exemplos do poder da literatura e de seu vínculo com a história. Em obra posterior Rushdie³⁴ declara mais uma vez (que já era claro no livro) que a obra não foi inspirada por nenhuma intenção política ou religiosa contra o islamismo, mas ele vai mais além, ao afirmar a relação entre realidade e ficção:

Let me be clear: I am not trying to say that *The Satanic Verses* is “only a novel” and thus need not to be taken seriously, even disputed with the utmost passion. I do not believe that novels are trivial matters. The ones I care most about are those which attempt radical reformulations of language, form and ideas, those that attempt to do what the word *novel* seems to insist upon: to see the world anew. I am well aware that this can be a hackle-raising, infuriating attempt. [Deixa eu ser claro: Eu não estou tentando dizer que *Versos Satânicos* é apenas uma novela, e que por isso não precisa ser levada a sério, ou mesmo disputada com extrema paixão. Eu não acredito que romances sejam coisas triviais. Aquelas de que eu mais gosto são aquelas que tentam reformular radicalmente linguagens, formatos e idéias, aquelas que tentam fazer o que a palavra *romance* parece enfatizar: ver o mundo numa nova maneira. Estou ciente de que isso pode ser uma atitude irritante, enfurecedora] (RUSHDIE, 1991, p. 393).

Para Walter Benjamin³⁵, o escritor é sempre um revolucionário e seu trabalho irá sempre refletir as disputas do seu tempo. A história, parafraseando o historiador Honório Rodrigues³⁶, é o “corpo do tempo”, existe como um testemunho da vida do ser humano naquele momento em particular. Para isso quem escreve lança mão de todos os vestígios dessa história e a literatura é o mais popular e um dos mais promissores vestígios. A união da literatura com a história, como texto e contexto, não é nova, mas pode ser reinventada a cada interpretação, abordagem e aplicação. Na pesquisa e na sala de aula, dois campos da produção/disseminação do saber que não são tão distantes quanto os poderes hegemônicos parecem desejar, a união dessas disciplinas é sempre benéfica, porém, como todo método, o bom planejamento e uma clareza metodológica são vitais para seu sucesso.

³⁴ Rushdie, Salman. *Imaginary homelands: essays and criticism 1981-1991*. London, Penguin Books, 1991.

³⁵ Benjamin, Walter. “O autor como produtor”, in Walter Benjamin: obras escolhidas – magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1993, pp. 120-36.

³⁶ Rodrigues, José Honório. *História, corpo do tempo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMS, Peter. **Mine boy**. Johannesburg, Henneman, 1989.

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

ABUD, Katia. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história. **Caderno Cedes**, Campinas, 25(7), pp. 309,317, 2005;

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. “Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis”. **Estudos Avançados** 18(51), 2004, pp. 355-76.

BOURDIEU, Pierre. **The logic of the practice**. Standford, Standford University press, 1990.

BROWN, Dan. **The da Vinci Code**. New York, Randon House, 2003.

CARIGNAN, Michael. “Fiction as history or fiction as history? George Eliot, Hayden White and nineteenth century historicism”. **Clio**, v.29, n. 4, 200o, p. 395-415.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1988.

COSTA, Carina Gotardelo e Sergl, Marcos. “Música na ditadura militar brasileira: análise da sociedade pela obra de Chico Buarque de Holanda”. **Iniciação Científica**, n. 1, pp. 35-40, 2007. ftp://ftp.usjt.br/pub/revistaic/pag35_edi01.pdf ,

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo, Comaphnia Editora Nacional, 1974.

FEIL, Roselene Berbigier. “Dois olhares sobre o mesmo tema: diálogos interdisciplinares entre história e literatura no romance Incidente em Antares”. Espetáculo, **Revista de estudos Literários**, Universidade Complutense de Madrid, 2009. <http://www.ucm.es/info/especulo/numero43/antares.html>

GORDIMER, Nadine. **The essential gesture. Writings, politics and places.** Johannesburg, Taurus, 1988.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

HEYWOOD, Christopher. **A history of South African literature.** Cape Town, Cambridge University Press, 2004, p. 21.

JANSEN, Jan. "Narratives on pilgrimages to Mecca: beauty versus history in Mande oral traditions" in Falola, Toyin and Jennings, Christian (editores) **Sources and methods in African history: spoken, written, unearthed.** Rochester, University of Rochester Press, 2004, pp. 249-67.

KWABENA NKETIA, J.H. "Historical evidence in Ga religious music", in Vansina, Jan et alli.(eds.) **The historian in Tropical Africa: Studies presented and discussed at the fourth International African Seminar (1961).** London, Oxford University Press and Ibadan/Accra, International African Institute, 1964.

LARA, Silvia H. e Pacheco, Gustavo. **Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein – Vassouras, 1949.** Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/CECULT, 2007.

MATOS, M. Izilda Santos de. **Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: o feminino, o masculino e as suas relações.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997

_____. **A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniram Barbosa.** Bauru, Edusc, 2007.

MPHALELE, Eskia. **Down Second Avenue.** London, Faber & Faber, 1959.

PIEROLI, Sarita. **Ditadura militar no Brasil (pós-64) através da música: uma experiência em sala de aula.**
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/648-4.pdf>

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: a representação do índio de caminha a Vieira.** São Paulo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar/Edusp/Fapesp, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo.** São Paulo, Perspectiva, 1976.

ROCHA, Elaine. "Antes índio do que negro". **Dimensões.** Revista de História da UFES. Vitória, nº 18, p. 203-220, 2006.

_____. **Racism in novels: a comparative study of Brazilian and South African cultural history.** Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

RUSHDIE, Salman. **The satanic verses.** New York, Viking, 1989.

_____, **Imaginary homelands: essays and criticism 1981-1991.** London, Penguin Books, 1991.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VEIT-WILD, Flora. **Writing madness: borderlines of the body in African literature.** Harare/ Johannesburg, Weaver Press/Jacana Media, 2006.

WHITE, Hayden. "Historiography and historiophoty". **The American historical review**, v.93,n.5, 1988, pp. 1193-99.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature.** Oxford, Oxford University Press, 1977.